

# O autoritarismo financeiro

10 ABR 1987

Com a clarividência dos gênios, Bertold Brecht manifestava dúvida sobre quem seria o maior criminoso: o cidadão que fundava ou o que assaltava um banco.

Hoje, aqui no Brasil, qualquer pessoa medianamente informada não tem o direito de permanecer com essa dúvida, pois os males que os banqueiros vêm causando ao país são infinitamente maiores que os resultados de assaltos armados ou não.

Na Velha República, foram esses senhores, com a conivência das autoridades monetárias e econômicas do governo, os que maiores lucros tiveram com o descontrole inflacionário e com o que na época foi chamada ciranda financeira.

A pretexto de tornar competitivas as taxas de juros praticadas no mercado externo, estimulando os tomadores brasileiros a irem buscar recursos no exterior, o Banco Central manipulou as taxas de juros praticadas internamente, elevando-as a níveis inéditos.

As conseqüências de tal medida foram todas profundamente nefastas aos interesses nacionais, senão vejamos: o rendimento da aplicação no mercado financeiro era muitas vezes superior ao que poderia ser obtido em qualquer atividade diretamente produtiva, desestimulando assim o crescimento econômico, bem como a oferta de empregos e produtos.

Como toda essa estrutura fictícia era sustentada pelo rendimento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, o serviço da dívida interna crescia à mesma velocidade com que se movimentava o lucro dos detentores dessas obrigações, em grande parte banqueiros e especuladores. O déficit do Tesouro crescia e o governo, fazendo eco aos interesses estrangeiros, culpava "o descontrole e inadequação das empresas estatais", como se essas não fossem controladas pelo governo.

As elevadas taxas de juros, em permanente ascensão para possibilitar a colocação de novos papéis no mercado, sobrecarregava, por sua vez, os custos de produção e comercialização das merca-

dorias, alimentando o processo inflacionário, que tantos males tem causado ao trabalhador brasileiro.

Se tudo isso não bastasse, ainda resta questionar a validade de empresas, estados e municípios endividarem-se externamente para realizarem investimentos muitas vezes sem nenhum componente importado. Em resumo, a política de juros crescentes praticada na Velha República teve um único resultado positivo, não para o país e seu povo, que foi estimular a proliferação de agências bancárias, financeiras, casas de câmbio e outros antros de agiotagem, que no período engordaram suas contas e patrimônios internamente e no exterior.

A chegada da Nova República e particularmente a implantação do Plano Cruzado encheu de esperança a todos que percebiam a situação do lado dos trabalhadores. Estancou-se a inflação. Quem ganhava no mercado especulativo levou um susto. Os bancos diminuíram sua lucratividade. O assalariado, apesar de haver sido lesado no reajuste recebido, engajou-se na luta pelo congelamento dos preços, percebendo que o que deixaria de perder compensaria a lesão inicial.

Mas banqueiros se atordoam por pouco tempo e logo eles estavam aprovando medidas para recompor a lucratividade setorial. Foram demitidos mais de 100 mil bancários, o que só não causou uma grande comoção porque a economia, aquecida pela explosão da demanda, ampliou significativamente a oferta de postos de trabalho. Instituíram-se taxas para a realização de serviços de cobrança e arrecadação de impostos e serviços públicos.

Mas isso era muito pouco. Isso era o normal, o feijão com arroz e o paladar dos banqueiros já estavam acostumados com especiarias mais refinadas. Em meados do ano passado, o Banco Central, comandado por um funcionário do Bradesco, inicia o processo de manipulação deliberada das taxas de juros em direção à estratosfera.

Dessa vez a justificativa era o controle da demanda que, segundo os geninhos do

BC estavam provocando fortes pressões inflacionárias. Ora, essas pressões, a curto prazo, teriam que ser absorvidas pelo controle dos preços, por reajustes naqueles setores produtivos que comprovadamente estivessem funcionando com prejuízo e até mesmo pela liberação dos preços de produtos cujo consumo não é típico da grande massa ou que o governo tem interesse em diminuir, como filé-mignon, automóveis, vídeo-cassetes ou cigarros. A médio prazo, o aquecimento da demanda apontava fortemente para o aumento acelerado da produção de bens de consumo. Note-se que pelas características da demanda que se manifestou no período, o aumento da produção poderia se dar quase sem nenhuma pressão sobre a balança comercial do país.

O raciocínio do Banco Central, no entanto, apontava para outro rumo. Diziam que a elevação da taxa de juros estimularia a poupança privada, retirando do consumo recursos que seriam destinados aos investimentos. Isso não se deu.

A elevação dos juros foi de tal ordem que não havia atividade produtiva mais rentável que o mercado especulativo de papéis. O investimento foi desestimulado, os custos de produção e comercialização foram elevados e, aí sim, as pressões inflacionárias tornaram-se insuportáveis. E o Plano Cruzado resistiu heroicamente até 15 de novembro e depois morreu.

Os bancos e banqueiros, especuladores e agiotas voltaram ao antigo status e toda a nação curva-se perante esses eternos ditadores, que vivem de sugar o trabalho de agricultores e industriais, comerciantes e profissionais liberais, e se não bastasse isso, estamos todos, assalariados, pagando altos impostos de renda para possibilitar ao governo pagar o serviço da dívida interna que escorre para as caixas dos bancos. Por tudo isso, o governo federal deverá dar ouvidos ao clamor nacional e pôr fim a essa ditadura, que já se prolonga demais.

Leandro Amaral é presidente da Codeplan